

AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM LARGA ESCALA EM NÍVEL NACIONAL: PREVISTOS E ACONTECIDOS

WITTMANN, Maria José de Moraes - PPGedu/UNISINOS
mazemorais@hotmail.com

INEP/CAPES – Observatório da Educação

Resumo

Apresenta em síntese a proposta de pesquisa de tese de doutorado em educação, que está em andamento, o qual contempla a temática da Avaliação da Educação Básica externa em larga escala do Sistema de Avaliação da Educação, prioriza a Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB (SAEB) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar - ANRESC (Prova Brasil). Com as atuais demandas sobre a qualidade do ensino e relevância da educação escolar, a avaliação é um instrumento significativo que oferece subsídios para o planejamento, elaboração, reformulação e monitoramento de políticas públicas de educação no Brasil. Tem a finalidade de compreender e explicitar o desenvolvimento do processo da avaliação da educação básica externa em larga escala do ciclo do ano de 2007, da rede municipal de ensino de um município do RS, com um recorte detalhado de um estudo de caso da prática cotidiana de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental. Para coleta dos dados empíricos optamos por observações, entrevistas, questionários e análise documental. Esta vinculada ao Projeto de Pesquisa: Gestão Democrática e Qualidade da Educação Básica - (Observatório da Educação - INEP/CAPES), que está sendo desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa: Gestão Democrática e Qualidade da Educação Básica, da Linha de Pesquisa I: Educação, História e Políticas do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS - São Leopoldo/RS. Nas conclusões preliminares identificamos que há um distanciamento de desafios e perspectivas entre o previsto pelo INEP/MEC responsável pelo processo da avaliação e os acontecidos na prática do desenvolvimento do processo da avaliação, considerando que é um processo com várias fases.

Palavras-Chave: Políticas Públicas; Avaliação da Educação Básica; Gestão democrática da Educação.

Introdução

Com as atuais demandas sobre a qualidade do ensino e relevância da educação escolar, a avaliação em larga escala é um instrumento significativo que oferece subsídios para formulação, reformulação e monitoramento de políticas públicas de educação no Brasil, e também para a gestão da educação em nível de sistemas estaduais e municipais e suas respectivas escolas.

O objeto de pesquisa tem a pretensão verificar: O controle na Avaliação da Educação Básica em larga escala como instrumento de gestão: vigilância ou emancipação. Como principal hipótese: Suponho que “Previstos e acontecidos” no desenvolvimento do processo de Avaliação da Educação Básica (SAEB/Prova Brasil) podem proporcionar a prática da gestão democrática. E como objetivo geral tem a pretensão de Compreender e explicitar o desenvolvimento do processo das Avaliações da Educação Básica em larga escala a nível Nacional: SAEB e Prova Brasil.

Aporte teórico norteador da pesquisa

Estou na fase do levantamento de revisão de literatura sobre a temática com diferentes enfoques. E em especial no levantamento da produção sobre a temática publicada em periódicos, que está sendo desenvolvido em equipe pelos membros do grupo de pesquisa. Nesta fase de revisão e delimitações do tema e do enfoque principal, estou norteando os meus objetivos de buscas (desafios e perspectivas) com várias contribuições de pesquisadores da área em estudo, que trazem questionamentos e resultados teóricos e resultados de pesquisas que são de significativa relevância que atualmente estão embasando os meus passos rumo as descobertas dos previstos e acontecidos.

Para este ensaio selecionei algumas contribuições e afirmações: Gatti (1994), avaliação é um comportamento de ética nas ações públicas; Vianna (2003), deve-se concentrar todo o empenho governamental, na avaliação da Educação Básica, por ser fundamental para a construção do espírito de cidadania e o alicerce sobre o qual se apóiam os demais níveis educacionais; Gatti (1994) este comportamento de “vai levando” passa a não ser interessante na medida em que as populações, as comunidades, já estão atentas ao que vem acontecendo com suas crianças no sistema escolar; Pestana (1998, p. 63) a avaliação constitui-se em instrumento fundamental do processo de formulação e implementação da política pública, pois fornece elementos em duas direções ou vertentes da realidade e da prospecção; Bonamino (2002, p. 143), “ênfatisa a monitoração centralizada da educação básica, com vistas a subsidiar políticas voltadas para a equidade, qualidade e eficácia do sistema escolar; SORDI (1998), não há como contestar a importância da avaliação para revitalizar projetos educacionais e elevar a qualidade de ensino,

bandeira de luta histórica dos educadores que compreendem o valor que a educação exerce na vida dos homens e mulheres de nossa sociedade; SAUL (2000), apresenta que a avaliação emancipatória tem dois objetivos básicos que pretende iluminar o caminho da transformação e beneficiar as audiências no sentido de torná-las auto determinadas: (1) indica que essa avaliação está comprometida com o futuro, com o que se pretende transformar, a partir do autoconhecimento crítico do concreto, do real, que possibilita a clarificação de alternativas para a revisão desse real; (2) aposta no valor emancipador dessa abordagem, para os agentes que integram um programa educacional.

E no enfoque geral estou trabalhando com as seguintes temáticas e autores: A importância da Educação Escolar para emancipação humana (FREIRE, WITTMANN, SAUL, etc); Gestão Democrática/Participação/Mobilização (PARO, JANELA, LIMA, WITTMANN, DOURADO, HORA, OLIVEIRA, GOHN, DÍAZ BORDENAVE, SZIMANSKI, TORO; WERNECK, etc); O Papel do Estado na Avaliação da Educação Básica (JANELA, SANTOS, CURY, etc); e Avaliação da Educação Básica externa em larga escala (FRANCO, BONAMINO, VIANNA, SOUSA, , BARRETTO, GATTI, KLEIN, PILATI, WAISELFISZ, DIAS SOBRINHO, FREITAS, SOUZA, PILATI, PESTANA, SOARES, ANDRÉ, HOFFMANN, LUCKESI, SAVIANI, etc) ; e Políticas Educacionais (AZEVEDO, FREIRE, BALL, MAINARDES, GENTILI, etc).

A relevância da Educação para formação humana

A educação das pessoas não se limita à ação educativa da escolarização, mas tem nas escolas o seu locus privilegiado enquanto espaço de institucionalização do pensar e do fazer. Conforme PARO (2000), o fim último da educação como mediação para a apropriação histórica e cultural a que tem direito o cidadão é favorecer uma vida com maior satisfação individual e melhor convivência social. Em relação a esse aspecto, Wittmann (2004, p. 21) alerta que “A intervenção educativa da escola só faz sentido se, de fato, contribuir para a formação das pessoas”.

Para Freire (1996), o ser humano, como sujeito, é capaz de assumir-se como ser social e histórico, e como um ser capaz de desenvolver condições de intervir no mundo, de comparar, de ajuizar, de decidir, de romper, de escolher, é capaz de grandes ações, de dignificantes testemunhos. Mas, tudo isso não acontece como simples aquisição de informação, mas como parte integrante da vida e de suas relações, o que justifica a necessidade de movimentos coletivos.

A Constituição Federal de 1988, Art. 205, preceitua que Educação, como um “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” .

Gestão Democrática e participação

A educação é um processo histórico de produção da existência humana. A escola, como prática social da educação, é uma intervenção intencional nesse processo de formação humana. A evolução da prática educativa escolar trouxe novas exigências para gestão do trabalho pedagógico-educativo, o que demanda subsídios para melhor conhecer a atual situação da educação, acompanhamento dos serviços oferecidos pelo poder público, identificando os desafios e necessidades, e priorizando ações e investimentos significativos para obtenção de êxito do processo ensino-aprendizagem de fato e de direito democrático com espaços e movimentos.

Avaliação da educação básica como subsídio para prática da gestão

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica foi criado em 1988, é desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC, realizada a cada dois anos. Nestes 20 anos, passou por várias alterações, revisões e mudanças. Em 2005 a Portaria Ministerial nº 931, de 21 de março de 2005, alterou o nome histórico de SAEB para Exame Amostral do SAEB, sob a denominação de Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB), o nome do SAEB foi mantido nas publicações e demais materiais de divulgação e aplicação da avaliação. É uma avaliação amostral, o resultado não serve para avaliar a qualidade

da escola, mas possibilita avaliar o desempenho dos sistemas educacionais, ou seja, das redes municipais, estaduais e federal de educação, além do sistema público e privado. Permite, também, a comparação de desempenho por estado e por região geográfica; e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), que é mais extensa e detalhada e tem foco em cada unidade escolar, recebendo, em suas divulgações, por seu caráter universal, o nome de Prova Brasil; é possível avaliar a qualidade da escola e do nível educacional do município.

É a primeira iniciativa brasileira no sentido de conhecer mais profundamente os problemas e deficiências de seu sistema educacional, para orientar com maior precisão as políticas governamentais voltadas para a melhoria da qualidade do ensino. Além de ser um dos mais amplos esforços no sentido de coletar dados sobre a qualidade da educação no país, é um dos principais sistemas de avaliação em larga escala da América Latina.

Concebido com a finalidade de fornecer elementos para apoiar a formulação, a reformulação e o monitoramento de políticas voltadas para a melhoria da qualidade da educação básica no Brasil. Tem como objetivos: oferecer subsídios à formulação, reformulação e monitoramento de políticas públicas e programas de intervenção ajustados às necessidades diagnosticadas nas áreas e etapas de ensino avaliadas; identificar os problemas e as diferenças regionais do ensino; produzir informações sobre os fatores do contexto socioeconômico, cultural e escolar que influenciam o desempenho dos alunos; proporcionar aos agentes educacionais e à sociedade uma visão clara dos resultados dos processos de ensino e aprendizagem e das condições em que são desenvolvidos; e desenvolver competência técnica e científica na área de avaliação educacional, ativando o intercâmbio entre instituições educacionais de ensino e pesquisa.

O INEP/MEC que coordena o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica em larga escala inovou no ciclo 2007, incluiu os gestores, professores e pais neste processo avaliativo e convidou através de convocações expressas na campanha de divulgação, e destinou material específico no seu site.

O ciclo de 2007 da Avaliação da Educação Básica SAEB/Prova Brasil, disponibiliza várias informações sobre a avaliação, e prioriza 3 atores representantes da comunidade escolar: Gestores, professores e pais, os quais são de fundamental importância no processo ensino-aprendizagem para obtenção de resultados de êxitos de uma educação e qualidade.

O material disponível no site do INEP/MEC, está dividido em pastas enfatizando as seguintes temáticas e destinatários: Apresentação, Temas relacionados; Documentos.

Ressalta a importância da avaliação ANRESC (Prova Brasil) para os pais avaliarem o nível da escola dos filhos e ajudarem a melhorar a escola, e foi criada sob a constatação de que educação não é responsabilidade apenas do professor e do aluno, mas de toda a sociedade, a demanda de meios para avaliar a qualidade da educação que está sendo oferecida. O resultado relacionado ao índice de aprovação daquela escola fornece o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB (uma relação entre as notas na Prova Brasil e no SAEb e as taxas de aprovação escolar) que norteia as mais importantes políticas de melhoria da educação; e do SAEb - que não avalia cada escola, já que a prova é amostral, serve para mostrar a qualidade dos sistemas educacionais nos estados, regiões e também no Brasil, de maneira geral. Dessa forma, os gestores da Educação poderão interferir para reforçar a qualidade.

Caminhada Metodologia

A referida pesquisa está caracterizada como sendo um estudo de caso conforme (Ludke; André, 1986), que visa a descoberta, enfatiza a interpretação do contexto, busca retratar a realidade de forma completa e profunda, usa uma variedade de fontes de informação, revela experiências e permitem generalizações específicas, procura representar os diferentes os diferentes e conflitantes pontos de vista presentes numa situação social.

Contempla como marco espacial a Rede de Ensino Municipal de Município do RS, com um recorte detalhado do cotidiano da prática da Escola Municipal de Ensino Fundamental DCN/CAIC, com enfoque do marco temporal o período da Gestão (2005 a 2008).

A questão de pesquisa que norteia o estudo: A prática do desenvolvimento do processo da avaliação da educação básica em larga escala com seus acontecimentos conforme as fases, prevê: O que? (momentos e fases); Como? (práticas); Quando? (períodos/datas); Para quê? (objetivos e finalidades); e Quem? (pessoas e instituições envolvidas).

Além da análise da legislação e documentos norteadores sobre temática; para coleta dos dados empíricos optamos por: observações, diário de campo, entrevistas e questionários.

Os atores selecionados para contribuir com esta investigação:

Secretaria Municipal de Educação (Secretário, Sub-secretária, Coordenadora Pedagógica, Sub-Secretário Administrativo); Conselho Municipal de Educação (Presidente, Secretário Executivo); Escola Municipal de Ensino Fundamental DCN/CAIC (Diretora, Supervisora Pedagógica, Coordenadora Pedagógica, Discentes, Secretária, Professores, Bibliotecária, Coordenadora do Laboratório de Informática); Círculos de Pais e Mestres das Escolas – CPM; Família dos discentes (pais ou responsáveis); e Representantes da Comunidade Local (Representante da Associação do Bairro, etc).

Para análise dos dados, ainda estamos em processo de escolha conforme o material levantado, mas a priori, estou trabalhando com “Análise de Conteúdo” (Laurence Bardin), com a pretensão de contemplar a triangulação entre os fundamentos teóricos, as exigências legais e os dados empíricos.

E as categorias de análise foram elencadas a priori e estão se confirmando com a análise preliminar dos dados empíricos já coletados: Mobilização, Participação, Envolvimento coletivo e Compartilhamento do poder de decisão.

Resultados

A análise preliminar dos dados empíricos coletados e já analisados constatamos que as famílias se preocupam com a aprendizagem dos filhos; na grande maioria falta tempo para melhor acompanhamento do processo ensino-aprendizagem; em relação a participação dos membros da comunidade escolar e local no desenvolvimento do processo da avaliação da educação básica ANEB (SAEB) e ANRESC (Prova Brasil) 2007; os dados empíricos apontam para um desencontro entre o previsto pelo INEP/MEC e o acontecido na prática do cotidiano escolar das escolas. Mesmo com a convocação/convite do INEP/MEC através das campanhas na TV, jornais, revistas, folders e material disponível no site do INEP/MEC, os pais não tiveram acesso as informações, e nem participaram efetivamente do desenvolvimento do processo de Avaliação, alegando principalmente é falta de condições e espaços de acesso ao mundo virtual onde o acervo informativo estava disponível.

Reconhecemos a importância das informações disponibilizadas, as quais poderiam ser melhor trabalhadas pela próprias Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e suas respectivas escolas, considerando as limitações dos pais. Conforme FREIRE (2001, p. 203) “uma rede pública pode ir criando em si mesma as condições de ser democrática, na medida em que a sociedade, historicamente, venha experimentando mais democracia”.

Observamos que as famílias necessitam mais espaços e envolvimento do coletivo dos membros da comunidade escolar e local na prática da gestão escolar; mais informações sobre a finalidade e objetivos dos programas de avaliações; e conscientização da importância destas avaliações não só como estratégias de monitoramento, vigilância e controle de qualidade; e sim como um instrumento que propicia o controle social de responsabilidade pública, maior transparência dos serviços oferecidos a sociedade como uma prestação de contas, e uma possibilidade de controle público do desempenho do sistema escolar.

A equipe gestora e pedagógica e docente da escola desenvolveram algumas ações para divulgar e envolver a comunidade escolar no processo, e principalmente ressaltando e esclarecendo a importância destas avaliações para os discentes, tentando desmistificar alguns equívocos. Agora, após a divulgação do IDEB, a equipe já iniciou um cronograma com espaços e ações e projetos para leitura, entendimento, análise e perspectivas de manejo, utilização e divulgação dos resultados.

Conclusões preliminares

Conforme informações do site do INEP, com a realização dessas avaliações o MEC/INEP, pretende contribuir para a universalização do acesso à escola, para a melhoria da qualidade, da equidade e da eficiência da educação brasileira. Fornecendo subsídios concretos aos gestores dos sistemas de ensino para a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas de educação no país. As pesquisas de avaliação educacional têm apontado, por exemplo, que a participação da família na vida escolar dos filhos e os aspectos relacionados ao ambiente familiar – diálogo, motivação e comportamento exemplar dos pais referentes a hábitos de leitura – geram predisposição positiva dos estudantes para aprendizagem na escola.

A avaliação é um instrumento significativo para o planejamento das políticas de educação. Mas, é necessário o envolvimento de todos os atores da comunidade escolar; conhecimento da finalidade e objetivos dos programas e projetos avaliativos; e oportunizar o acesso das informações a todos, com isso possivelmente será possível o manejo e utilização dos resultados. No entanto, mudanças significativas somente podem ocorrer se os atores envolvidos nos processos de avaliações da educação, os quais espera mudanças e melhores serviços, participarem efetivamente do desenvolvimento do processo.

Considerando que é necessário um movimento coletivo das diferentes instâncias em prol de uma educação de qualidade social para todos; (Freire, 1993) nos lembra que não falte, sobretudo, o gosto das práticas democráticas, entre as quais a de que resulte a ingerência crescente dos alunos e de suas famílias nos destinos da escola; (Freire, 1999) e como sujeitos históricos e sociais temos o dever de lutar e descobrir os espaços para participação, ação e luta por democracia.

REFERÊNCIAS

BONAMINO, Alicia Catalano de. **Tempos de avaliação educacional**: o SAEB, seus agentes, referências e tendências. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 931, de 21 de Março de 2005**, Portaria ministerial que institui o Sistema de Avaliação da Educação Básica, composto pela Prova Brasil (Anresc) e pelo Saeb (Aneb). Brasília, 2005.

_____. **Portaria nº 47, de 3 de maio de 2007**. Estabelece sistemática para a realização da Prova Brasil e do Saeb em 2007. Brasília, 2007.

_____. **Lei nº 378**, de 13 de janeiro de 1937. Criou o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, Brasília, 1937

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: UNESP, 2001.

_____. **Política e Educação**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 1.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GATTI, Bernardete. **As Questões estratégicas de uma política educacional**. Brasília: MEC/UNESCO, 1994.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - <http://www.inep.gov.br/> - acesso em 20 de outubro de 2007.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

PARO, Vitor Henrique. **Qualidade do ensino: a contribuição dos pais**. São Paulo: Xamã, 2000.

PESTANA, Maria Inês Gomes de Sá. Avaliação educacional - o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica. In: RICO, Elizabeth de Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo, Cortez, 1998.

SAUL, Ana Maria. **Avaliação Emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SORDI, Mara Regina L. Usos e desusos da avaliação na contemporaneidade. **Pró-Posições**, Revista Quadrimestral da Faculdade de Educação da UNICAMP, Campinas, V.9, Nov.1998.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Avaliações nacionais em larga escala: análises e propostas**. Revista Estudos em Avaliação Educacional, (27):41-76, jan./jul. 2003.

WITTMANN, Lauro Carlos. **Conselho escolar e o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade**. Brasília: MEC/SEB, 2004.